21 a 22 agosto 2025
CAMPINAS
VALENCIA
19 a 20 junho 2025
XVII SIIU
Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo
DOI: 10.5821/siiu.14457

AVENIDA BRASIL E SEU TERRITÓRIO EDUCATIVO

Entrelaçamento entre espaços livres, educação infantil e a cidade situados em territórios inseguros no Rio de Janeiro

ROCHA, Luiz[1]
AZEVEDO, Giselle [2]

Abstract
This paper aims to discuss the connection between child population, school, and city, all situated in hostile, insecure, and fragmented territories. The issue was framed through a compartmentalization of the landscape carried out along Avenida Brazil, located in the city of Rio de Janeiro. The municipal school Bahia emerged as the unit of analysis at the local micro-scale, enabling a deeper examination, during which its surroundings, open spaces, and integration with the city were analyzed. In this context, it was discovered that the Bahia School had a more open and closer relationship with the urban context, as it was built before the opening of Avenida Brazil. Currently, the road is identified as a key factor in disrupting and infiltrating the relationship between children and existing open spaces, hindering the spatial interconnection of the educational territory.

Keywords: *Educational territory, Avenida Brazil, System of open spaces.*

Resumo
A proposta deste artigo visa discutir a articulação entre o público infantil, a escola e a cidade, inseridos em territórios hostis, inseguros e desarticulados. A problematização constituiu-se a partir da compartimentação da paisagem, realizada na Avenida Brasil, localizada na cidade do Rio de Janeiro. A Escola Municipal Bahia surgiu como unidade de análise na microescala local, possibilitando o aprofundamento da discussão, na qual foram analisados seu entorno, seus espaços livres e sua articulação com a cidade. Nesse contexto, verificou-se que a Escola Bahia possuía uma relação mais aberta e aproximada com o contexto urbano, visto que foi construída anteriormente à abertura da Avenida Brasil. Atualmente, a via é identificada como um elemento influenciador do rompimento e da infiltração na relação infantil com os espaços livres existentes, dificultando o entrelaçamento espacial do território educativo.

Palavras-chave: *Território educativo, Avenida Brasil, Sistema de espaços livres.*

Área temática: *Território.*

Subárea temática: *Projetos e análise territorial.*

1. Introdução

O presente trabalho nasce a partir da complexificação dos conflitos territoriais que atravessam o tecido urbano brasileiro, especialmente quando consideramos o cotidiano da Cidade do Rio de Janeiro,

[1] Membro do Grupo ambiente e educação – GAE, PROARQ – UFRJ/ Brasil, https://orcid.org/0000-0002-7735-8583 Luiz.rocha@fau.ufrj.br.
[2] Coordenadora do Grupo ambiente e educação – GAE, PROARQ – UFRJ/ Brasil, https://orcid.org/0000-0001-6707-466X. Gisellearteiro@fau.ufrj.br.

marcado por intensas desigualdades socioespaciais. Nesse cenário, a relação entre a educação básica e os desafios impostos pelo espaço urbano revela-se crítica, com destaque para a evasão escolar provocada por fatores como a insegurança física e emocional. É nesse contexto que se insere o território da Avenida Brasil, espaço estratégico e emblemático da cidade, caracterizado por profundas vulnerabilidades sociais e urbanísticas. As dinâmicas que operam nesse território influenciam diretamente as condições de acesso e permanência escolar dos sujeitos que ali residem e estudam., tornando-se, assim, um ponto focal para a análise da articulação entre cidade, educação.

Dessa maneira questiona-se quão profundo e quão necessário é o entrelaçamento do espaço escolar com o tecido urbano existente nas redondezas da Cidade do Rio de Janeiro. Este questionamento se divide em dois pontos; o primeiro busca entender se o entrelaçamento entre a cidade e a escola pode ser considerado componente do processo pedagógico, uma vez que possibilita a integração da cidade como parte fundamental do aprendizado; o segundo ponto questiona a profundidade deste entrelaçamento quando estamos imersos num território hostil marcado por diversas ameaças à integridade e à segurança infantil.

Para facilitar a compreensão da relação entre o espaço urbano e as práticas educativas, este estudo adotou como recorte geográfico um trecho da Avenida Brasil que evidenciasse, de forma clara, o conflito entre o território educativo e as ameaças à integridade e à segurança infantil O trecho selecionado integra o bairro da Maré, na zona norte do Rio de Janeiro, tendo como foco principal a Escola Municipal Bahia (Fig. 1).

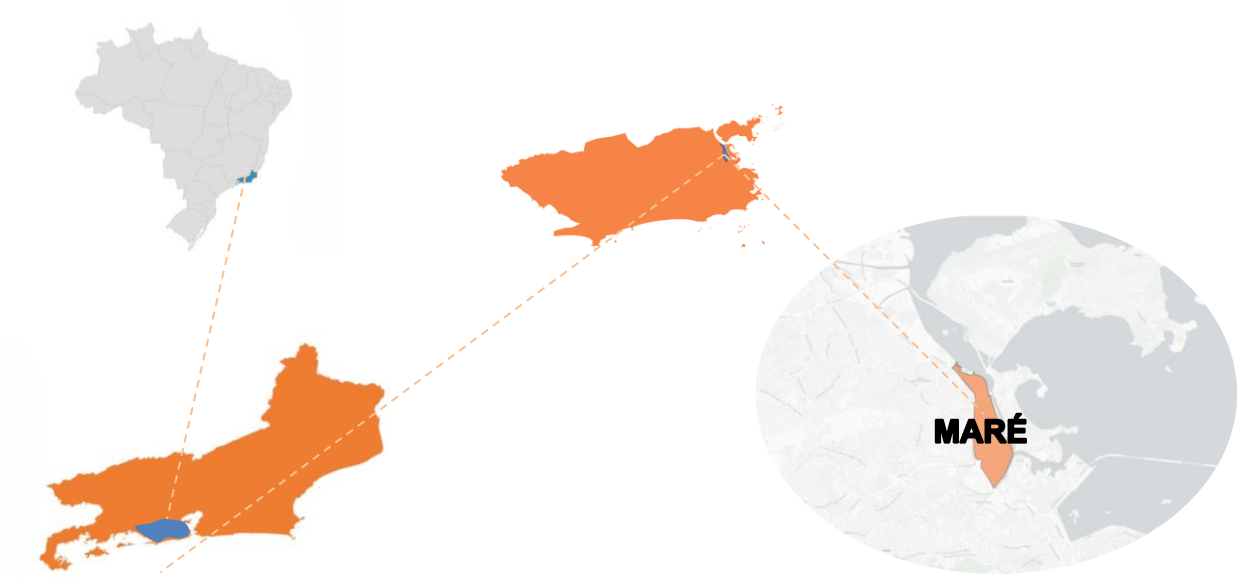

Fig. 1 *Mapa de localização e recorte do bairro estudado.* Fonte: Autor (2025)

O percurso metodológico teve início com uma análise de caráter macro, abrangendo toda a extensão da Avenida Brasil. A partir dessa perspectiva abrangente, a avenida foi compartimentada com base na sua relação com os bairros em sua extensão, possibilitando uma leitura mais precisa de suas especificidades. No trecho delimitado para este estudo, identificou-se um impasse entre o potencial formativo do território educativo e as periculosidades inerentes ao corredor viário, como a insegurança urbana, os altos índices de violência e a precariedade da infraestrutura destinada à circulação segura de crianças e adolescentes.

O estudo de caso escolhido é uma unidade escolar que integra o conjunto de escolas idealizadas a partir do projeto pedagógico de Anísio Teixeira, o qual, ainda na década de 1930, já antecipava os princípios do ensino integral no Brasil (Cavaliere, 2010). Esta escola é catalogada como uma das instituições do tipo Platoon, modelo que se caracteriza pela organização em três conjuntos específicos de salas, com unidades estruturadas para abrigar 12, 16 ou 25 salas de aula. Além das salas regulares, o modelo prevê espaços específicos para atividades educativas, profissionalizantes e administrativas (Fig. 2).



Fig. 2 *Escola Municipal Bahia ao fundo durante intervenção federal.* Fonte: Jornal Extra (2018)

O aporte teórico baseia-se em uma análise sistêmica para criar uma articulação entre o espaço urbano, o processo educativo e seus fenômenos sociais. Os conceitos de paisagem, território e sistema de espaços livres (Schlee *et al.*, 2009) são adotados como base para compreender como o território educativo (Azevedo; Tângari; Goulart, 2016; Azevedo, 2019; Lopes, 2018) suas práticas pedagógicas e experiências de aprendizagem podem entrelaçar espaços educativos formais, como salas de aula, e espaços informais, como pátios e demais áreas externas com a urbanidade e sociabilidade presente nos espaços urbanos das cidades.

A premissa para esse trabalho indica que a integração do território escolar inserido em um território hostil, como da Avenida Brasil, necessita da intervenção do corpo pedagógico, auxiliado por diversos agentes sociais, para a realização de ações que promovam a conexão da comunidade com o espaço escolar, sejam elas temporárias ou de maior vínculo com o histórico local em que a escola esteja inserida.

Os resultados apresentados mostram que a Avenida Brasil foi o vetor de transformação na relação entre a cidade, a escola e os seus espaços livres. A abertura da Avenida Brasil modificou por completo a relação entre o entorno urbano e escola, evidenciando a necessidade de medidas que garantissem a proteção e a integridade do público infantil em um território hostil. O intenso tráfego e os altos índices de violência na Avenida Brasil impõem desafios à integração entre escola e cidade, exigindo estratégias de adaptação que assegurem um ambiente seguro e propício ao desenvolvimento educacional e social das crianças.

2. Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é problematizar o quão profundo deve ser o entrelaçamento existente entre o sistema de espaços livres inseridos em territórios hostis, inseguros e desconexos com os espaços extramuros escolares. Os objetivos específicos incluem analisar a relação entre os espaços livres existentes e o estudo de caso; refletir sobre critérios para avaliar o espaço do estudo de caso com base na pesquisa bibliográfica; discutir possíveis alternativas aplicadas em outros casos e contribuir com a constituição do território educativo quando inserido em espaços hostis.

3. Percurso metodológico

O percurso metodológico iniciou-se como trabalho de conclusão de disciplina no âmbito do curso de doutorado, onde foi realizada uma compartimentação da paisagem num trecho da Avenida Brasil que engloba os bairros de Brás de pina, Penha, Olaria, Ramos, Bonsucesso, Maré e Manguinhos na Cidade do Rio de Janeiro. Para isso, foram utilizados os critérios de avaliação de Tângari e Lamounier (2023), baseados em cinco grupos: desenho da paisagem, estrutura morfológica, conflitos socioambientais, padrões de ocupação e atmosferas de preferência. A compartimentação das unidades teve como foco os aspectos de suporte físico, tecido urbano e uso atual da terra. Dessa forma, foram compartimentadas 16 unidades de paisagem, num trecho de 6.189 hectares (Fig. 3).

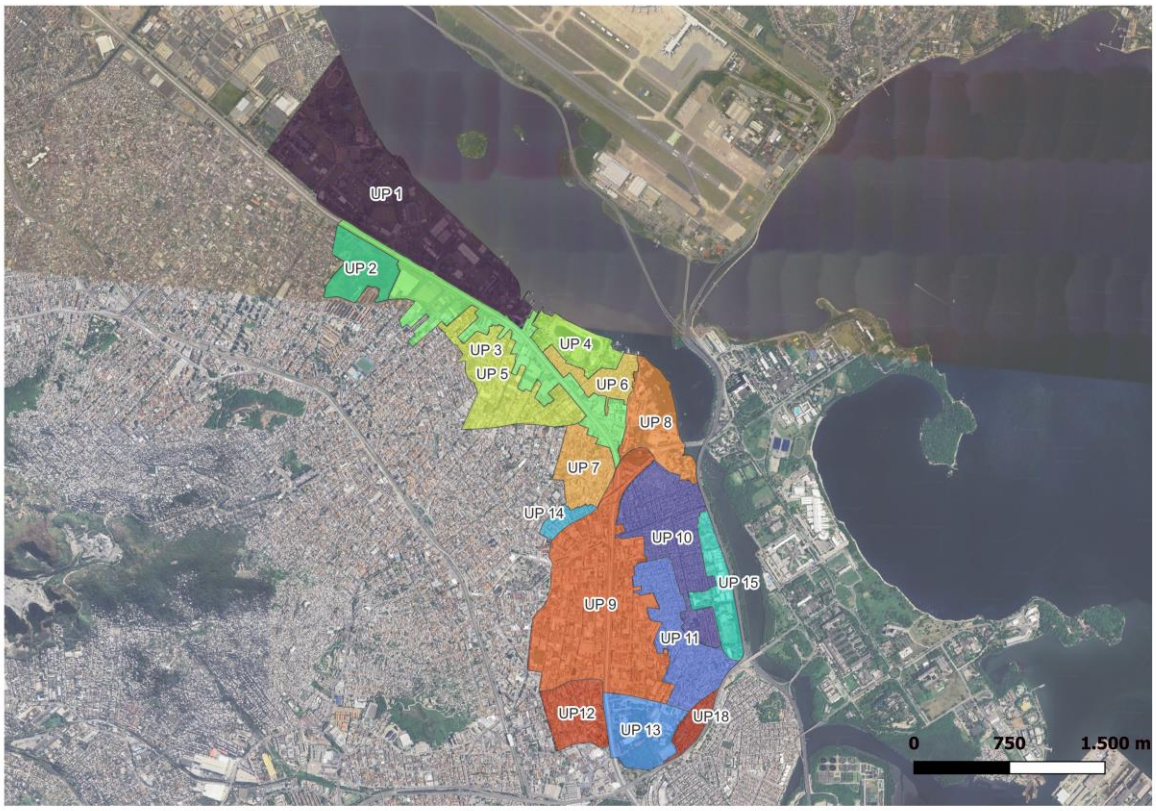

Fig. 3 *Mapa de localização e recorte das unidades de paisagem.* Fonte: Autor (2025)

A compartimentação da paisagem possibilitou uma maior proximidade das unidades de paisagem localizadas no bairro da Maré, onde foi identificada uma série de unidades escolares espalhadas pelo território. Nesse contexto, a Escola Municipal Bahia apresentava condições hostis para o público infantil, considerando sua proximidade com o eixo da Avenida Brasil, baixa qualidade dos espaços livres em seu entorno e a distância dos núcleos residenciais (Fig. 3).

As pesquisas realizadas por Tângari e Lamounier (2023) orientaram a criação de alguns critérios a serem observados na avaliação da relação espacial entre a escola e o território ao seu redor, sendo observada a existência e dos espaços livres intramuros, escolares. O primeiro critério diz respeito ao sistema de espaços livres e seus elementos, iniciando pela verificação do espaço interno escolar. Essa análise considera a existência de pátios na edificação, sua ocupação, materialidade e conservação, tendo em vista o reconhecimento de sua potencialidade no processo pedagógico (Azevedo; Tângari; Goulart, 2016). O segundo critério refere-se ao sistema de espaços livres externos à edificação escolar, identificando a existência, ocupação e caracterização das vias e praças no entorno da escola. Assim como no primeiro critério, observam-se a ocupação, a materialidade e a conservação desses espaços.

4. Abordagem conceitual

O conceito de território educativo, mobilizado neste trabalho, deve ser compreendido por sua capacidade de articular o espaço físico e vivido com os processos educativos, integrando práticas pedagógicas, vivências cotidianas e vínculos socioculturais. Trata-se de uma perspectiva que reconhece o território como espaço formativo dinâmico, onde o aprendizado se dá na interação entre sujeitos, saberes e contextos diversos.

Tais apontamentos relacionam-se diretamente com os conceitos de paisagem, território e sistema de espaços livres, pois reconhecem que a educação se realiza não apenas em ambientes escolares formais, mas também na integração entre as paisagens urbanas, memórias, relações simbólicas e experiências culturais. Dessa forma, o posicionamento e a permanência das crianças em espaços pedagógicos que favoreçam o entrelaçamento com os espaços livres nas cidades consolidam-se como essenciais, utilizando-se de sua flexibilidade tipológica, influência lúdica, comportamental e abertura à diversidade urbana.

O surgimento desse entendimento coincide diretamente com a maturidade e o desenvolvimento dos principais conceitos da psicologia, da pedagogia moderna e das novas tipologias de lazer e educação, ambas ancoradas na qualidade da relação espacial infantil com o espaço edificado (Borges, 2008).

A situação vivida nas unidades escolares localizadas nas redondezas da Avenida Brasil reafirma que as cidades contemporâneas apresentam configurações que valorizam a lógica do sistema de produção/consumo, reforçando o contraste e as disputas territoriais. Isso leva a um afastamento cada vez maior entre a cidade, a comunidade e a escola (Bittencourt, 2010).

As pesquisas apontam que a arquitetura escolar desempenha um papel fundamental na estruturação da rotina e na fluidez dos propósitos educativos (Costa, 2005; Gomes; Azevedo, 2019; Horn, 2017). Ao situar os alunos e a equipe escolar no espaço e no tempo, os elementos arquitetônicos são reconhecidos como dinamizadores das práticas pedagógicas e, por isso, devem estar alinhados às diretrizes pedagógicas estabelecidas pelo município. Nesse sentido, Modler, Carvalho e Rheingantz (2019) afirmam que a arquitetura não é apenas um suporte físico, mas parte integrante da construção curricular, articulando-se diretamente ao planejamento pedagógico e às experiências formativas vividas no ambiente escolar.

As unidades educacionais imersas em territórios hostis necessitam de reinvenção, com uma forte parceria que una a comunidade escolar, profissionais e agentes transformadores, para quebrar os paradigmas educacionais amplamente engessados. O fortalecimento do pertencimento a determinados lugares facilita a abertura do público infantil a espaços até então não imaginados como aporte pedagógico. Quanto maior a apropriação e o pertencimento, menores serão os temores (Modler; Carvalho; Rheingantz, 2019).

5. Resultados

A Escola Municipal Bahia, localizada às margens da Avenida Brasil, foi identificada como um elemento com grande potencial para compreendermos os conflitos existentes no território educativo carioca. Atualmente, abriga os anos finais do ensino fundamental. Verificou-se que a escola está inserida na Zona Franca Urbanística (ZFU), onde os usos industriais são predominantes. Observamos que os usos residenciais ocorrem com maior incidência à medida em que nos afastamos da Avenida Brasil.

Tabela 1. *Avaliação do sistema de espaços livres no entorno da Escola municipal Bahia.* Fonte: (2005)

Avaliação do sistema de espaços livres					
	Ambiente	**Existência**	**Ocupação**	**Materialidade**	**Conservação**
Espaço livre intramuros	Pátio externo	sim	Ocupada conforme os horários de intervalos.	Concreto com pintura	Pavimento em condição regular
Espaço livre extramuros	Vias locais	Sim	Ocupada por veículos automotores que podem trafegar até 30km/h ou estacionados.	Calçamento em paralelepípedo	Pavimento em condição regular
	Vias de trânsito rápido	Sim	Ocupada por veículos automotores que podem trafegar a 80km na pista central e 70km na pista lateral.	Pista em concreto para o BRT e asfalto nas demais.	Boa conservação
	Rotatória	Sim	Ocupada por um bar, carros estacionados no seu entorno.	Concreto	Baixa conservação
	Calçadas no entorno da escola	Sim	Ocupada por uma passarela, veículos estacionados, pontos de ônibus e ambulantes	Concreto	Pavimento em condição regular

Os espaços livres existentes dividem-se em intramuros, como pátios e áreas internas da escola, e extramuros, como vias disponíveis, calçadas e espaços residuais. Os espaços intramuros são apropriados pelos estudantes de acordo com os horários de intervalo das turmas. Também são utilizados nas disciplinas que exigem atividade física, possuindo uma quadra poliesportiva e demais mobiliários em concreto. Esses espaços possuem uma materialidade simples, sem dispositivos de proteção solar e contra intempéries. Por outro lado, o paisagismo é pouco elaborado, a edificação é cercada por árvores e vegetação que se destacam quando vistas da Avenida Brasil, além de significar uma melhora nas condições do microclima local (Tab. 1).

As vias locais no entorno da escola são constantemente ocupadas por veículos automotores, com sua velocidade definida pela presença da escola em 30km/h. Sua materialidade decorre de calçamento feito em paralelepípedos, que se mostram irregulares. A via de trânsito rápido, a Avenida Brasil, possui duas pistas: a central, com quatro faixas, duas segregadas, onde uma é exclusiva do BRT TransBrasil e a outra destinada a veículos de transporte coletivo, as restantes são destinadas a veículos comuns, com alta velocidade (80 km/h), e a faixa lateral, conta com duas pistas, com velocidade de 70 km/h, são as faixas mais próximas da escola. Cabe destacar que a Avenida Brasil teve a geometria de suas pistas reformadas para a instalação do novo modal de transportes, o BRT Transbrasil.

As calçadas são apropriadas como base para o mobiliário urbano, pontos de ônibus e para o comércio informal de mercadorias e alimentação. Todas elas são feitas de concreto de baixa qualidade e são rotineiramente ocupadas por carros estacionados, contudo existe um recuo na calçada a frente da escola, que foi ocupado pela nova passarela que conecta os dois lados da avenida.

Um espaço residual na interseção das vias locais do entorno da escola surge com grande potencial para ativação ou para se tornar um espaço público de lazer. Porém, atualmente, é totalmente ocupado por um ponto de venda de produtos alimentícios, construído com estrutura em concreto, impossibilita o uso do espaço para demais fins. Sua materialidade segue o padrão das demais áreas, com materialidade improvisada. Não existe qualquer espaço livre destinado ao lazer nas imediações da unidade educacional (Fig. 4).

DOI: 10.5821/siiu.14457

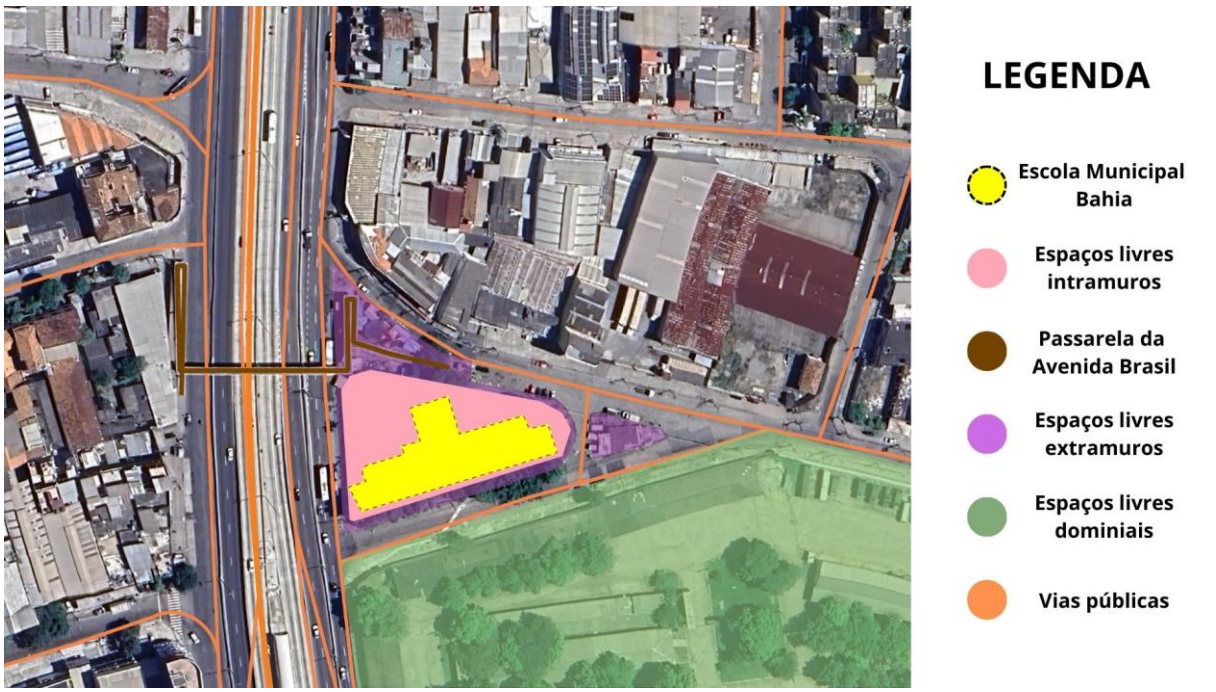

Fig. 4 *Mapa de localização e espaços livres.* Fonte: Autor (2025)

Modler, Carvalho e Rheingantz (2019) observam que quando o território educativo é constituído num espaço hostil para o público infantil, ele enfraquece o processo decisório das autoridades pedagógicas, que optam pelo enclausuramento do público estudantil em espaços que os protejam das possíveis ameaças urbanas, tornando-os reféns dos espaços livres internos, sem qualquer conexão ou entrelaçamento entre a escola e a cidade.

Observo que a Escola Municipal Bahia foi projetada em um espaço anteriormente consolidado e possuía uma outra relação com a comunidade. Sua construção ocorreu no ano de 1936, antevendo a construção da primeira fase da abertura da Avenida Brasil. Na época de sua inauguração, apresentava uma conformação completamente diferente da atual, sem muros ou limitações físicas (Fig. 5). A edificação mantinha uma relação distinta com os espaços livres. Ela tinha maior proximidade com a Baía de Guanabara, e não existiam os aterros estabelecidos décadas depois, o que permitia um maior entrelaçamento com o espaço edificado, evidenciando uma outra dinâmica entre os espaços livres extramuros e o espaço escolar (Fig. 6).



Fig. 5 *Escola Bahia época de inauguração (1936)*. Fonte: ImagineRio (2024)



Fig. 6 *Relação da Escola Bahia com os aterros.* Fonte: Autoria própria (2025)

Atualmente, a Escola Municipal Bahia é tombada como patrimônio municipal. Em 2024, foi transformada em Ginásio Educacional Tecnológico – GET, fazendo parte da abordagem pedagógica STEAM, um acrônimo de *Science, Technology, Engineering, Arts e Mathematics*, para a realidade brasileira. A unidade escolar mantém um formato fortificado, determinando o enclausuramento de todos os seus espaços externos, consubstanciado pelas condições de perigo originadas pela proximidade da Avenida Brasil, somadas às constantes limitações trazidas pelos conflitos existentes, resultando em intervenções semanais das forças de segurança pública (Fig. 7).



Fig. 7 *Entorno da escola municipal Bahia.* Fonte: GoogleMaps (2024)

6. Considerações para uma possível solução

As possibilidades de resolução dos conflitos observados levam em consideração a necessidade de articular a sociedade local com o espaço escolar, para exercer e ampliar seu papel social naquele território. Dessa forma, observa-se que a atuação conjunta de diversos agentes sociais pode resultar no fortalecimento do papel histórico e urbanístico local, seja através do fomento à educação urbanística e ambiental nas atividades pedagógicas, da ativação dos espaços livres extramuros com atividades de urbanismo tático ou da retomada de espaços que foram apropriados ao longo do tempo.

O planejamento de uma cidade amigável para as crianças inicia-se com a sua participação ativa nesse processo. É de extrema importância dar prosseguimento à atuação conjunta entre o núcleo pedagógico escolar e os agentes externos, realizando trocas e ressignificando o território escolar. Uma forma de possibilitar essas práticas é dar continuidade a projetos de pesquisa que buscam conhecer a perspectiva infantil, utilizando-a dentro da educação urbanística e ambiental como um importante marco para o ensino infantil. Através dessa prática, seria possível reconhecer as necessidades e afetividades locais.

Nesse contexto, cabe destacar o programa CAU Educa, criado em 2018 e desenvolvido pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), que visa universalizar o acesso à educação urbanística e ambiental no ensino fundamental, para a construção de uma sociedade consciente e resiliente frente ao contexto de fragilidade social e ambiental que vivemos. Este programa busca fornecer instrumentos para que a comunidade científica possa permear a vivência infantil, tornando os alunos agentes ativos na construção de uma cidade mais inclusiva e resiliente.

O CAU Educa serve como plataforma para o surgimento de novos projetos focados na disseminação da educação urbanística e ambiental, uma vez que convenciona as suas bases. O Grupo Ambiente Educação (GAE), vinculado ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ/UFRJ), produz uma série de pesquisas que se preocupam em dar visibilidade ao papel do público infantil na construção de cidades igualitárias. Dentre os projetos realizados, destaca-se o Mapeamento Afetivo dos Territórios Educativos do Rio de Janeiro (2020). O projeto, desenvolvido em parceria com outros grupos de pesquisa da UFRJ, como o SEL-RJ e o PROAMB, buscou, através da ludicidade, conhecer as problemáticas encontradas na cidade por meio dos alunos do ensino fundamental da rede municipal, incorporando essas percepções no planejamento da cidade. O resultado desse trabalho integrou o conteúdo do Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) da cidade do Rio de Janeiro, publicado em 2021.

Outro projeto que merece destaque, também realizado pelo Grupo Ambiente Educação (GAE), intitulado Diálogos Escola-Cidade: Educação Urbanística e Ambiental como Estratégia para a Construção de Cidades Mais Igualitárias, Resilientes e Sustentáveis, surgiu no âmbito do Edital FAPERJ Cientista do Nosso Estado (2023) e busca contribuir e fomentar a educação urbanística e ambiental de forma transversal e continuada para alunos do ensino fundamental no Rio de Janeiro. Busca ressignificar a escola e alinhar-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com

ênfase nos ODS 4 (educação de qualidade) e 11 (cidades sustentáveis), além da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).



Fig. 8 *Oficina do mapeamento afetivo dos territórios educativos do Rio de Janeiro.* Fonte: GAE – UFRJ (2024)

Por outro lado, fica evidente que outras alternativas também podem ser aplicadas. As atividades de urbanismo tático buscam a ativação de espaços públicos subutilizados, realizando mudanças rápidas e flexíveis com a participação da comunidade local, aplicando-se no entorno e nos espaços extramuros das escolas. Trata-se de uma alternativa para adequar o espaço extramuro da escola e enfrentar a ausência de espaços livres, bem como os desafios relacionados à segurança física e viária dos alunos.

O projeto Caminhos da Escola, na cidade de Fortaleza – CE, conhecida por sua alta periculosidade viária escolar (GDCI, 2024), apoiado pela *Global Designing Cities Initiative* (GDCI), teve como objetivo reativar os espaços públicos ao redor das escolas, apresentando alternativas de baixo custo que garantem um olhar mais seguro para as crianças, garantindo maior segurança viária. Trata-se de um projeto temporário e de baixo custo, com a ampliação de calçadas, compactação de cruzamentos e estreitamento das faixas de tráfego. Além disso, foi estabelecida uma grande área livre pavimentada, convertida em espaço público seguro para as brincadeiras, garantindo a convivência e conexão escolar, mantendo o acesso aos sistemas de transportes (Fig. 9).



Fig. 9 *Reativação urbana voltada para o público infantil.* Fonte: GDCI (2024)

Uma outra alternativa que pode ser considerada, é o projeto social executado pelo professor Paulo Magalhães na Escola Municipal Duque de Caxias, localizada na Baixada do Glicério, no Centro de São Paulo, servindo como inspiração para o estudo de caso em questão. O docente relata que a unidade escolar em que leciona possuía uma difícil relação com a comunidade local e seu entorno. A criação de sua “aula pública”, realizada nas ruas do bairro, possibilitou uma maior integração da escola, comunidade e cidade, aumentando o entrelaçamento entre ambos, sem considerar os elementos mais hostis deste espaço. Trazendo um saber urbanístico que representa não só o entendimento da importância do acesso a direitos básicos, mas também o reconhecimento de importantes marcos históricos da comunidade onde a escola se insere (Magalhães, 2022) (Fig. 10).



Fig. 10 *Aula pública do docente Paulo Magalhães.* Fonte: Magalhães (2021)

7. Conclusão

O presente trabalho confirmou que o território da Avenida Brasil foi um vetor de transformação na relação espacial da cidade do Rio de Janeiro. Por um lado, impulsionou o crescimento de novas áreas urbanas; por outro, tornou-se um elemento de ruptura entre a Escola Municipal Bahia e o território educativo, que anteriormente apresentava uma relação de maior proximidade entre a comunidade e a escola. Observamos que a abertura da Avenida Brasil modificou por completo essa relação, e o cenário encontrado no entorno da escola revela, atualmente, uma baixa qualidade em seu sistema de espaços livres, principalmente nos espaços públicos extramuros.

Por tratar-se de um território hostil ao público infantil, algumas alternativas puderam ser exploradas para entrelaçar a escola, a comunidade e a cidade. Dentre elas, destaca-se a ativação de espaços residuais e subutilizados, como na abordagem adotada pelo GDCI, na cidade de Fortaleza, onde o entorno de uma escola foi ativado e integrado ao espaço escolar, conectando o território educativo com a cidade e inserindo os habitantes em uma nova dinâmica espacial.

Ressalta-se também o esforço conjunto entre sociedade, comunidade científica e escola para que a educação urbanística e ambiental seja integrada ao ensino fundamental, promovendo dinâmicas como o mapeamento afetivo, que posicionam os estudantes no mesmo nível que os demais agentes na tomada de decisões sobre o planejamento urbano das cidades. Essa alternativa desdobra-se na possibilidade de aproximar os estudantes de sua comunidade, por meio da atuação conjunta do corpo docente e da implementação de novas formas de aprendizado, como aquelas desenvolvidas em espaços não formais, a exemplo da aula pública do professor Paulo Magalhães. Portanto, a adoção dessas alternativas permite que o enclausuramento escolar seja simbolicamente derrubado, restabelecendo uma melhor conexão no território educativo.

8. Referências

AZEVEDO, G., TÂNGARI, V., GOULART, A. (2016). *Do espaço escolar ao território educativo: um olhar ampliado sobre o lugar pedagógico da educação integral*. Rio de Janeiro: Meridonal.

AZEVEDO, G. (2019). *Diálogos entre arquitetura, cidade e infância: territórios educativos em ação.* Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas.

BITTENCOURT, M. (2010). O espaço e os outros: aspectos da experiência da vida urbana retratada por crianças de diferentes classes sociais. *Revista Mal-estaR e subjetividade*, Fortaleza, *10*, 1301-1323.

CAVALIERE, A. (2010). *Anísio Teixeira e a educação integral*. São Paulo: Paidéia.

COSTA, R. (2005). A abertura da Avenida Brasil e o desenvolvimento dos subúrbios no Rio de Janeiro. *ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, Londrina.

GRUPO AMBIENTE-EDUCAÇÃO; GRUPO SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES-RJ. (2020). *Relatório técnico do Mapeamento Afetivo dos Territórios Educativos da Cidade do Rio de Janeiro: crianças e jovens pensando no futuro da cidade*. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU/UFRJ.

HORN, M. (2017). *Brincar e interagir nos espaços da escola infantil.* Porto Alegre: Penso.

LOPES, J., VASCONCELLOS, T. (2006). Geografia da infância: Territorialidades Infantis. *Currículo sem Fronteiras*, Niterói, *6*, 103-127.

LAMOUNIER, A., CARVALHO, T., YAMAKI, H. (2021). Atmosferas de preferências e paisagens cotidianas: a cidade através de múltiplos sentidos. *Workshop Ressensibilizando Cidades*, Rio de Janeiro.

LOPES, J., FERNANDES, M. (2018). A criança e a cidade: contribuições da Geografia da Infância. *Educação*, São Paulo, *41*, 202-211.

LOPES, J., FICHTNER, B. (2017). O espaço de vida da criança: contribuições dos estudos de Marta Muchow às crianças e suas espacialidades. *Revista de Educação Pública*, São Paulo, *63*, 755-774.

MAGALHÃES, P. Aula pública. (2021). Em LOEB, R., LIMA, A. (Orgs.). *Cidade, gênero e infância* (284-301). São Paulo: Romano Guerra.

MODLER, N. L., CARVALHO, R. S., RHEINGANTZ, P. Espaço-ambiente na Educação Infantil: diálogos entre Arquitetura e Pedagogia da Infância. (2019). Em AZEVEDO, G. (Org.). *Diálogos entre arquitetura, cidade e infância: territórios educativos em ação* (85-102). Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas.

SCHLEE, M. et al. (2009). Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras – Um Debate conceitual. *Paisagem e Ambiente*, São Paulo, *26*, 225-247.

TÂNGARI, V., LAMOUNIER, A. (2023). *Critérios de avaliação do ambiente da forma urbana: tipos morfológicos e padrões de ocupação*. Rio de Janeiro: PROARQ-FAU/UFRJ.